

Moradores ganham ação na Justiça

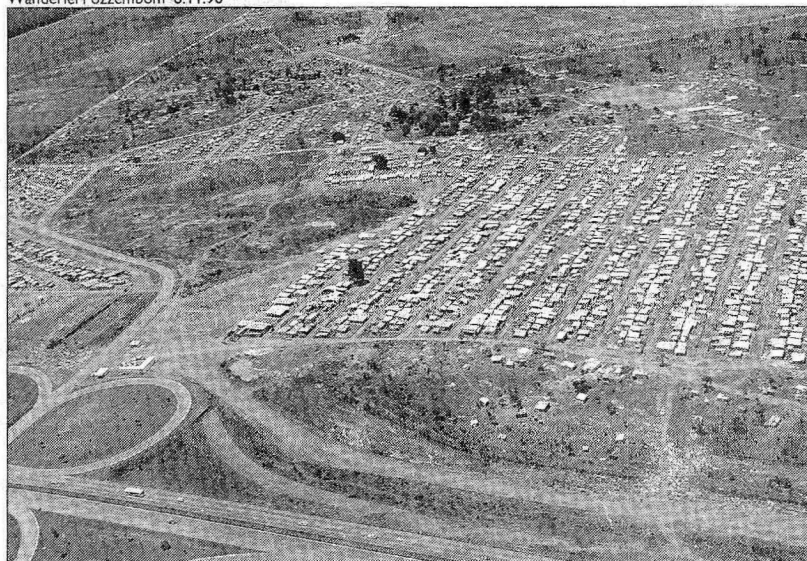
Wanderlei Pozzembom 8.11.96

A Segunda Turma Cível do Tribunal de Justiça (TJDF) admitiu, por dois votos a um, como legal e permanente — equivalente a um termo de posse —, documento de transferência que os moradores da invasão da Estrutural assinaram com o GDF, em 1996. O GDF não tinha conhecimento oficial da decisão até ontem à noite, mas já informou, pelo procurador Claudismar Zupiroli, que recorrerá. Alega que o documento assinado “trata de uma transferência provisória”.

Os votos favoráveis aos moradores da Estrutural foram dados por Romão de Oliveira e Dácio Vieira, contra um de Valdir Leônico. Com a decisão, o governo não pode mais simplesmente expulsar as famílias que vivem no local e terá que negociar caso a caso.

Cerca de sete mil pessoas vivem no local, considerado pelo governo inadequado para abrigar uma nova cidade. O secretário da Habitação, Philippe Torelly, disse que “a idéia do governo continua sendo a de remover a invasão paulatinamente, já que a área fica próxima ao Parque Nacional, a única área intocada do Distrito Federal”.

“Em janeiro de 1996, a ocupação era em toda a área, desde o Córrego Vicente Pires até a passarela da Via Estrutural. Nós fizemos um acordo para transferir os invasores para a Baixa Estrutural, por uma permanência provisória, até que fosse definida uma nova área, como esta-



Governo quer retirar as 7 mil pessoas que moram na invasão da Estrutural

mos fazendo, para o Riacho Fundo II”, disse Zupiroli.

“Aquela área não possui destinação para construção de uma nova cidade por razões de planejamento urbano e ambiental, já que fica ao lado do córrego e de uma zona ambiental”, justifica o procurador.

REMOÇÃO

A convivência entre os moradores da invasão da Estrutural e o GDF nunca foi pacífica, desde que Cristovam Buarque chegou ao Buriti. No dia 17 de maio de 1995, a Câmara Legislativa aprovou em primeiro turno a Cidade Estrutural, projeto do deputado José

Edmar (então PSDB, hoje PMDB).

Com a decisão da Câmara, a invasão aumentou. No dia 19 de junho o GDF fez a primeira tentativa de remover moradores e derrubou alguns barracos, com o anúncio do veto do governador de criação da cidade. Houve confusão e prisões.

O veto de Cristovam foi derrubado pela Câmara no dia 15 de agosto. Depois de muitas escaramuças, o GDF implantou uma administração militar na área. O termo de acordo para a transferência, entre GDF e moradores, foi assinado em 30 de janeiro de 1996. Em seguida, foi feito o recadastramento de todos os invasores.